

---

## Lésbicas portuguesas no século vinte: Apontamentos para a História

*Lesbians in 20th Century Portugal: Notes Towards History*

*Lesbiennes portugaises au vingtième siècle : notes pour l'Histoire*

Dee Pryde

---



### Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/rccs/3746>

DOI: 10.4000/rccs.3746

ISSN: 2182-7435

### Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

### Edição impressa

Data de publicação: 1 junho 2010

Paginação: 127-139

ISSN: 0254-1106

### Refêrencia eletrónica

Dee Pryde, « Lésbicas portuguesas no século vinte: Apontamentos para a História », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 89 | 2010, posto online no dia 01 outubro 2012, consultado o 10 dezembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/3746> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/rccs.3746>

---



DEE PRYDE

## Lésbicas portuguesas no século vinte: Apontamentos para a História<sup>1</sup>

A intenção deste artigo é contribuir para a reposição, no seu devido lugar histórico, das vivências e lutas das lésbicas portuguesas, num meio mediático e académico que ou as avilta, ou lhes vira as costas sobranceiramente. Com particular enfoque nas décadas de 1980/90, ressalta-se o Orgulho Lésbico que contrariou a lesbofobia flagrante de numerosas instituições e personalidades. Igualmente se aborda não só a falta de progresso, mas o real retrocesso na luta pelos direitos das lésbicas, retrocesso esse emblematicamente representado, já no século vinte e um, pelo uso, tão acrítico e anacrónico quanto patologizador, do falso genérico masculino “homossexual”, para subsumir (fazer sumir) as mulheres-que-amam-mulheres.

**Palavras-chave:** direitos fundamentais; discriminação; lesbianismo; lesbofobia; minorias sexuais; Portugal.

Nunca fui capaz de perceber exactamente o que é o feminismo: só sei que me chamam feminista sempre que expresso opiniões que me distinguem de um capacho ou de uma prostituta.

REBECCA WEST, 1913<sup>2</sup>

O feminismo encoraja as mulheres a abandonar os maridos, a matar os filhos e filhas, a praticar feitiçaria, a destruir o capitalismo e a tornar-se lésbicas.

PAT ROBERTSON, político norte-americano, 1992

No início do século vinte, os dois futuros inimigos, a Grã-Bretanha e a Alemanha, tinham uma coisa em comum: a criminalização das relações sexuais entre homens. Na Grã-Bretanha tratava-se do *Labouchère Amendment* de 1885, que, de modo vago, criminalizava qualquer acto de grave atentado à

---

<sup>1</sup> Escrevi este artigo para A. P., que teria ficado contente. Agradeço a todas quantas generosamente deram o seu apoio a este projecto. Todas as traduções são minhas.

<sup>2</sup> Em “Mr Chesterton in Hysteria: A Study in Prejudice”, *The Clarion*, 14/11/1913.

moral (*gross indecency*) entre homens, e que iria assegurar a destruição de Oscar Wilde. A Alemanha tinha o Parágrafo 175 que criminalizava os actos sexuais entre homens, e que, surgindo em 1871, apenas foi revogado em 1994, após a reunificação da moderna Alemanha. À sombra desta disposição, os homens *gays* internados em campos de concentração tiveram de levar a termo as suas penas, não beneficiando da libertação imediata dos campos de concentração e outros (Grau, 1995).

As relações sexuais entre mulheres não eram criminalizadas pela lei na Grã-Bretanha.<sup>3</sup> Reza a história que tal se ficou a dever à Rainha Vitória, que teria dito: “As senhoras não fazem dessas coisas”. Escrevendo, em 1846, sobre o papel de Romeu desempenhado pela actriz norte-americana lésbica Charlotte Cushman, o crítico de *Britannia* observa:

Podemos discutir se não será preferível que o papel de Romeu seja desempenhado por uma mulher, pois só assim podemos realmente ver no espectáculo o amor apaixonado que esta peça tornou real e palpável. [...] Duas mulheres juntas poderão transmitir-nos a imagem do desejo dos amantes de Verona, sem a menor sugestão de vício. (*apud* Merrill, 2000: 110)

Na realidade, a liberdade relativa das lésbicas deveu-se, por um lado, à incapacidade dos legisladores de conceber que meras mulheres pudessem fazer algo de tão significativo que valesse a pena criminalizar. Faltava-lhes o pénis, o que, ainda hoje, na mente popular, que se extravasa para a mente legal, é impedimento para uma verdadeira sexualização das mulheres; múltiplas forças extremavam-se por invisibilizar, logo inviabilizar, a possibilidade lésbica. E como a finalidade da vida das mulheres era, como ainda hoje é, casar com um portador de pénis biológico, nenhum mal haveria em brincadeiras triviais entre mulheres. Vejam-se, a este propósito, as cenas de “lesbianismo” nos filmes pornográficos heterossexuais, com um homem nos bastidores, pronto a iniciar a verdadeira acção. Por outro lado, os legisladores britânicos não queriam meter ideias nas cabeças das mulheres, tal como aconteceu com a Inquisição ibérica, a qual, ao detalhar as práticas judaizantes, permitia aos cristãos-novos um conhecimento, de outra forma difícil de obter, da sua verdadeira religião (Jacobs, 2002: 6).

Na Alemanha passava-se algo de muito semelhante àquilo que acabo de descrever como sendo a situação britânica. Após o voto popular que

<sup>3</sup> Porém, o processo judicial (1918) a que foi levada Maud Allan, a dançarina no centro do fenómeno de “Salomania”, mostra como acusações de lesbianismo podiam ser usadas com efeitos devastadores (ver, por exemplo, Hoare, 1998).

colocou Hitler no poder, o Parágrafo 175, que caíra em desuso, foi ressuscitado e tornado mais abrangente, incluindo actos sexualizados mesmo sem contacto físico, como é ilustrado de forma lírica na adaptação fílmica de *Bent*, de Martin Sherman, e em *Hidden Holocaust?* Porém, e a consonância pareceria paranormal, não fosse o conceito de Urfascismo de Umberto Eco (Eco, 2001: 65 ss.), o regime nacional-socialista não criminalizou as lésbicas, por achar que mulheres “arianas” eram incapazes de tais actos. Existe, infelizmente, uma escassez de investigação sobre as lésbicas no 3º Reich. Sabe-se, no entanto, que as lésbicas mandadas para campos de concentração foram-no na qualidade de elementos “anti-sociais” e/ou “prostitutas” (cf. Grau, 1995). Aqui se repercutem, também sem coincidência, os sentimentos de Rebecca West que cito em epígrafe. Nestas circunstâncias, não é de admirar que apenas uma única mulher se tenha prontificado a falar no *Paragraph 175*.<sup>4</sup> A equação de lésbica com prostituta transcende fronteiras e tempos históricos. Em Portugal, aquando da candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo a presidente da República, vi mais do que um cartaz eleitoral com o grafito “putas e fufas”.<sup>5</sup> O próprio termo *gay*, cujas conotações sexuais remontam aos finais do século dezassete britânico, inicialmente descrevia as prostitutas; em finais do século dezanove encontrava-se bem estabelecida já a ligação da palavra com a prostituição e outras práticas sexuais entendidas como imorais.

No Portugal pós-golpe militar de 1974, na última década do século, foi comum ouvir-se da parte de *gays* muito patrióticos declarações de como nunca houvera criminalização da actividade sexual entre pessoas do mesmo sexo em Portugal.<sup>6</sup> Mesmo na 1ª República, uma lésbica desafiadora como Judith Teixeira<sup>7</sup> viu-se perseguida pelo Governo Civil, com o apoio do precocemente fascista Marcelo Caetano, entre outros, que exigiam a queima dos seus livros. Outras escritoras e poetisas da época, mais tímidas, casavam-se heterossexualmente para manter as aparências, e assim engrossar, para a investigação posterior, as fileiras da população “heterossexual”, ou então viviam em casa das amantes, como uma espécie de “grande amiga” à margem

<sup>4</sup> Documentário em DVD de Rob Epstein e Jeffrey Friedman (2000). *Nitrate Kisses*, documentário de Barbara Hammer (1992), aflora a recusa, pós-libertação, por parte de grande número destas “anti-sociais” de assumirem onde tinham passado os anos dos campos de concentração, escolhendo dizer, por exemplo, que tinham estado “no estrangeiro”.

<sup>5</sup> A prostituição, o passatempo mais antigo do Homem, dá paradoxal origem ao insulto mais antigo – “Prostituta!” –, usado até na Espanha libertária da Guerra Civil. Ver, por exemplo, Strobl (2002), e Ackelsberg (2005).

<sup>6</sup> Esta fantasia, se ainda existia nalgumas mentes, desmorona-se por completo em, por exemplo, São José Almeida, “Homossexuais perseguidos no Estado Novo”, *Pública*, 12 de Julho de 2009. Cf. Almeida (2010).

<sup>7</sup> Ver a cronologia apresentada em Teixeira (1996).

daquilo que era importante, a actividade de penetração normativa sobre a amante casada. Não consta que entretanto tenha sido feita investigação académica em Portugal sobre estas lésbicas,<sup>8</sup> as quais, por isso, se parte do princípio terem sido normais, ou seja, heterossexuais.<sup>9</sup> Mais, a família descendente de pelo menos uma dessas escritoras recusa que na sua biografia haja a mínima menção de lesbianismo, apesar da documentação abundante que existe. O lesbianismo é, em Portugal, ainda em 2010, um segredo sujo. Muitas encontram refúgio na espúria respeitabilidade da palavra pseudo-científica “homossexual”. Há quem morra cúmplice do silêncio oficial sobre a sua própria sexualidade.

Se a 1ª República tanto silenciou as lésbicas e até lhes foi antagónica, não seria de esperar que o “Estado Novo” fosse muito diferente. O juramento obrigatório para ingresso na Função Pública repete, curiosamente, os moldes das promessas feitas no baptismo cristão: renúncia ao comunismo e, o que é mais pertinente neste caso, renúncia ao Satanás dos “actos subversivos”. Uma vez que o acto afectivo-sexual lésbico é dos mais subversivos que se possa imaginar – mulheres que negam o seu corpo e a sua função maternal de provedoras do alimento físico e emocional de que o macho-alfa depende –, dificilmente se concebe a ditadura fascista a permitir esta liberdade, por muito que, anacronicamente, governasse a lisboeta Avenida da Liberdade. Com efeito, falando com sobreviventes lésbicas que viveram essa época, verifica-se que tiveram lugar muitos casamentos de conveniência, muitas vezes com homens *gays*, que também precisavam do véu diáfano da fantasia. Eram frequentes os raids da polícia a festas mistas que tentavam esconder a nudez forte da verdade. As mulheres (e os homens) presentes eram presas, levadas até a esquadra, onde, na melhor das hipóteses, eram apenas admoestadas pelos agentes da autoridade, que detinham o poder de erradicar quer o crime contra a natureza, quer o pecado destas mulheres. É de crer que esta tarefa da autoridade tivesse sido de tão grande gozo para os polícias como era de humilhação e aviltamento para aquelas mulheres. Citando Adrienne Rich em “Tear Gas”, “a vontade de mudança começa no corpo” (Rich, 1995: 420): as festas continuavam, com precauções *maquisardes*, havia os bares e *cabarets* a medo.

<sup>8</sup> Contraste-se este vácuo com o precioso contributo de Anna M. Klobucka (2009). Ver também Graça Abranches, (2010) e Dee Pryde (s.d.).

<sup>9</sup> Ciente das desesperadas tentativas heterossexistas de normalizar, ou pelo menos bissexualizar, as lésbicas, Leila J. Rupp escreve, acerca da sua relação com a companheira: “No início, quando nos conhecemos, trocávamos piadas sobre como tínhamos de assegurar que deixávamos suficientes provas da nossa relação, para que nenhum historiador futuro viesse a poder dizer de nós que fôramos apenas boas amigas” (Rupp, 2009: xi).

Imediatamente após o golpe militar, houve uma manifestação de “homossexuais” no Porto. Esta não deu início a um movimento de libertação, nem teve repercussões a nível nacional. O mesmo se poderá dizer da criação do Movimento de Libertação das Mulheres (MLM), ao qual acorreram muitas lésbicas e mulheres que, nesse processo, encontraram a sua orientação sexual. Aquilo que em 1985 restava do MLM, a IDM (Identificação-Documentação-Mulheres), sediada por detrás de uma porta de ferro maciço sem qualquer indicação de quem ocupava as instalações, consistia numa vintena de mulheres, mais de 90% das quais lésbicas. Embora na biblioteca da IDM abundassem livros lésbicos, na sua maioria norte-americanos, nesse espaço não se podia falar de lesbianismo, nem tão-pouco ter um gesto de carinho, por mais ligeiro que fosse, para com a namorada ou companheira. Presidia uma mulher heterossexual que vigiava o bom comportamento dos elementos lésbicos do grupo. Estes explicavam a sua extrema autocensura, e aquilo a que eu chamaria lesbofobia interiorizada, nos seguintes termos: era necessário não afugentar, nem meter medo às mulheres heterossexuais que aparecessem. Mas como o grupo não se publicitava, era raríssimo alguém aparecer. Uma situação um pouco semelhante acontecera nos Estados Unidos no final da década de 1960, quando Betty Friedan, autodesignada reformadora da heterossexualidade, procurou sanear as lésbicas da National Organization of Women (NOW), que liderava. A diferença em relação a Portugal, para além da temporal, foi que nos Estados Unidos as lésbicas deixaram para trás a NOW e formaram os seus grupos próprios, com as suas poetas, teorizadoras, sessões de consciencialização, festivais, etc. Ao implodir em finais da década de 1980, a IDM acabou por ficar nas mãos da mulher que empunhava a chave, imagina-se que sozinha. Antes de 1985, a IDM produzia 4 números da sua revista *Lua*, totalmente silente em matérias lésbicas.

Cá fora, a magistratura portuguesa, essa sim, descobrira e proclamara o lesbianismo. No Acórdão da Relação de Lisboa de 31/10/84, IV-155, que pedia emprestado o seu título a uma publicação do tipo do jornal *O Crime*, declarava-se que “O lesbianismo também é crime”. Este “também” parece uma tomada de consciência póstuma da Rainha Vitória e de A. Hitler de como aquilo que fazem as mulheres pode ultrapassar o papel das *Femmes-Maisons* criadas em 1947 por Louise Bourgeois, e que aqui leio à revelia das declarações da artista. Ocorre-me muito particularmente a *Femme-Maison* em tons rosa, com uma casa paladiana enfiada pela cabeça e cobrindo os ombros, de pernas truncadas e sem braços, com o púbis toscamente esquisado, para significar reprodução.<sup>10</sup> Voltando ao Acórdão,

<sup>10</sup> Este quadro encontra-se reproduzido em *Louise Bourgeois*. Tate Publishing, London (2007), fig. 130.

ali se escrevia que: “a prática de relações lésbicas é susceptível de enquadramento no atentado ao pudor”. Apesar do enorme alarido, tratava-se de um simples, embora de todo condenável, caso de relações tidas com uma menor. O Acórdão prossegue, qual testamento do século dezanove português, espalhando-se e divagando sobre coisas perfeitamente irrelevantes para um documento legal: “a menor foi colocada em grande risco moral, dados os desvios da sexualidade normal em que foi induzida”; segue-se referência a “comportamento sexual socialmente vergonhoso e moralmente reprovável”. Eis, pois, o lesbianismo, não alicerçado na lei e sim nos atávicos preconceitos inculcados na mais tenra idade destes demiurgos, que nenhum grau de estudo foi capaz de desenraizar. É talvez desnecessário assinalar que, caso o crime sexual tivesse tido como base a sexualidade normativa, a heterossexualidade na sua inteireza nunca teria sido condenada. Estamos, de novo, no território dos pasquins que gritam em primeira página: “Preto esfaqueia taxista”.

Embora passados anos suficientes para que se tivesse aprendido alguma coisa, em 1999 a Classificação Nacional de Deficiências publicou no *Diário da República* (IIª Série), em 6 de Janeiro, sob a forma de deliberação do Conselho Superior de Estatística (CSE), uma lista de deficiências, palavra em si deplorável. Delas constava a “deficiência da função heterossexual”. Houve uma explosão de protestos em Portugal e até em França. Apesar disso, levou dois longos meses até que esta classificação fosse retirada. Contudo, olhando agora para o documento, com a serenidade que os anos decorridos oferecem, parece-me que esta frase é mais ofensiva para quem é heterossexual: todos os filmes de Hollywood, todos os Romeus e Julietas reduzidos a uma “função”. Parece-me difícil negar que no imaginário do CSE intervém a função reprodutora como verdadeira finalidade do acasalamento homem/mulher, tão mordazmente ridicularizada por Natália Correia na Assembleia da República no seu imortal poema sobre o “truca-truca, truca-truca” do deputado do CDS que defendeu na Assembleia da República tese idêntica à do CSE e apenas tinha dois filhos. Ainda hoje, nesta pós-renegociação da Concordata com o Vaticano, a Religião Eleita de Estado é o Catolicismo-Romano, como atestam os artigos 1625 e 1626 do Código Civil, ao colocarem a responsabilidade pela dissolução do casamento religioso sobre o “direito canónico”, sem explicarem de que cânone se trata (artigos 1625 e 1626), numa relação de exclusiva intimidade com o Vaticano, bem como a alínea e) do artigo 1628 e o artigo 1577, que explicita, em directa infracção do novo artigo 13º da Constituição, que o casamento só é reconhecido entre duas pessoas de sexo diferente. Considerando novamente a normalidade, se esta não passa de uma “função”, parece-me que

quem fica a ganhar são as deficientes lésbicas e *gays*, que ficam com toda a emoção, sentimentos, poesia, e prazer sexual que a “função” reprodutiva não prevê nem comporta. A este propósito, passo a relatar uma anedota assaz reveladora: uma jovem lésbica que conheci foi, há não muito tempo, abordada por um seu jovem amigo heterossexual que lhe pediu conselhos sobre como satisfazer sexualmente a sua namorada. Parece-me óbvio que este episódio diz muito sobre o estado da heterossexualidade.

Guterres, então Primeiro-Ministro, chegou a declarar numa entrevista, ao ser inquirido sobre a “homossexualidade”, que teria de perguntar a um psiquiatra, por não poder ter opinião sem esse esclarecimento. Tudo menos ouvir as vozes dos oprimidos; era como perguntar a Verwoerd como definia os pretos. Mas quer Guterres, quer o CSE desconheciam que a orientação sexual dirigida a pessoas do mesmo sexo fora retirada da lista de doenças da Associação Americana de Psiquiatria em 1973. Com efeito, só em 2004 o governo português incluiu no artigo 13º da Constituição a proibição de discriminar com base na orientação sexual. Foi nesse mesmo ano de 2004 que foi expulsa de casa uma jovem, quando a família descobriu, a partir de um discreto documentário televisivo, que a filha era lésbica. Esta família não é única.

Não deveria, pois, espantar que as lésbicas portuguesas, carregadas de opróbrio e de humilhação dupla – o desvio sexual e o sexo biológico inferior – tenham agido sob as condições que, de forma definitiva, descreve Steve Biko, o activista assassinado por agentes de autoridade na África do Sul do *apartheid*: “[...] a mais potente arma nas mãos do opressor é a mente dos oprimidos” (Biko, 1987: 74). Falo da lesbofobia interiorizada. Esta luta entre o corpo (a judia lésbica Rich) e a mente (o preto Biko) faz com que as lésbicas que sobrevivem tendam, como qualquer minoria, a viver naquilo que a imprensa portuguesa dos anos 1990 teimava, ignorante e imperialisticamente, em condenar como sendo “guetos”. O secretismo e a relativa separação dos meios lésbicos em relação à sociedade hetero(cêntrica) fazem-nos pensar no medo que persistiu até bem depois de 1974, por exemplo em Belmonte, nos meios cripto-judaicos, população estudada em outros hemisférios em *Hidden Heritage*, de Janet Liebman Jacobs. A descoberta do lesbianismo por parte dos jornais, revistas e canais de televisão portugueses não deixou de ter os seus aspectos caricatos. A abordagem das jornalistas tinha o seu quê de frenológico, a ânsia – não destituída de frisson – de descobrir e catalogar quantas pernas tinha a centopeia. Os esforços das lésbicas objecto destas entrevistas de tornarem a questão política, como ela manifestamente é, eram quase sempre inexoravelmente reduzidos ao *fait divers* das revistas de cabeleireiro-de-senhoras.



A última década do século vinte foi importante, na medida em que nela apareceram sucessivamente duas revistas lésbicas que apelidarei de triunfalistas, a *Organa*, seguida da *Lilás*. Causava estremeção, mesmo em meios lésbicos, o uso ostensivo na capa das palavras “publicação lésbica”. À *Organa*, e às lésbicas que a fizeram, cabe o mérito de mostrar que o aparentemente impossível era, de facto, possível. Ao suceder à *Organa*, a *Lilás* – assim chamada em honra à “ameaça lilás” (*lavender menace*), frase vergonhosa de Betty Friedan – declarava acreditar que “os direitos das mulheres lésbicas são direitos humanos” e que “um dos nossos direitos é a liberdade de expressão”. Durante a vida da *Lilás* que, ao que parece, acabou em 2001, os CTT portugueses viram um acréscimo de clientes mulheres recorrer aos seus apartados: muitas leitoras, justificadamente, tinham medo de receber a revista em casa. A publicação passava de mão em mão, de onde a dificuldade em estabelecer a sua circulação em números exactos. O certo é que a *Lilás* tinha leitoras num grande número de aldeias portuguesas, um seu importante objectivo.

Ainda a propósito da *Organa*, esta também realizou encontros de cariz intensamente político, onde o pessoal era político e, acima de tudo, o político era pessoal. Na segunda metade dos anos 1990, foi criado o Clube Safo, com o seu boletim *Zona Livre*, os seus encontros e o seu campismo anual, muito concorrido. A grande virtude deste clube foi, e é, acima de tudo, a de levar os seus eventos a diversas partes do país, contactando assim muito mais lésbicas de forma pessoal. Também surgiu a *ex aequo*, organização dirigida a pessoas entre os 16 e os 30 anos de idade, que produziu brochuras de enorme valor sobre a atracção entre pessoas do mesmo sexo. No entanto, e disto a organização não tem culpa nenhuma, não deixa de ser lamentável que lésbicas e *gays* com menos de 16 anos não tenham qualquer acesso a informação e apoio. É evidente que esta situação reflecte a Sexualidade do Estado, que é a heterossexualidade. Antigos, balofos ditames psiquiátricos pairam sobre a orientação sexual do Estado: a atracção afectivo-sexual por pessoas do mesmo sexo não passará de uma fase imatura a caminho do grande drama do casamento, a sexualidade só se fixa, se é que se fixa, a partir de uma idade relativamente tardia. É confrangedor pensar nas jovens e nos jovens de, digamos, 12 anos, diariamente atingidos por dichotes homofóbicos, e perdidos na confusão própria da adolescência, agravada pela turbulência causada pela sua sexualidade. Quanto à heterossexualidade, escusado será dizer que esta está por toda a parte, nos ensinamentos dos pais em casa, como na educação sexual escolar, em todo o universo que nos rodeia na vida do dia-a-dia.

Como já referido, mesmo no Estado fascista existiam bares e discotecas onde podiam ir lésbicas e *gays*. Na segunda metade dos anos 1980 existia um bar que desejo sublinhar: o Salto Alto, na Rua da Rosa (Bairro Alto), e uma discoteca, o Memorial, único local em Lisboa onde se podia dançar com uma parceira do mesmo sexo. Ficaram famosas as tardes de domingo de então, apelidadas de Baile dos Bombeiros, particularmente frequentadas por lésbicas. Mais tarde, abriu um bar, o La Calle, em Alcântara, na altura de gerência inteiramente lésbica. Tal facto não impedia a censura dos corpos: se uma lésbica estava de mãos dadas com a sua namorada ou companheira era de imediato rudemente admoestada para que cessasse, a fim de “não chocar” a clientela heterossexual. Igualmente, existiam praias e aldeias onde passavam o fim-de-semana em casas arrendadas para o efeito grupos de casais e de amigas lésbicas. Era uma situação semelhante a Provincetown e Reheboth Beach, nos Estados Unidos, e, até certo ponto, Brighton, no Reino Unido, com uma grande diferença. Estas aldeias e comunidades lésbicas portuguesas permaneciam no segredo dos círculos próprios, enquanto as duas localidades norte-americanas são conhecidas em todo o mundo. Mais, a interacção entre as visitantes e os habitantes locais era rigorosamente funcional e mínima, tão ao contrário da comunidade diversa e integrada descrita, por exemplo, nas crónicas tão hilariantes quanto revigorantes de Fay Jacobs, nomeadamente em *As I Lay Frying e Fried and True* (Jacobs, 2004; Jacobs, 2007) sobre a vida em Reheboth Beach, e a vida e a política em geral.

Já em 2007, tive oportunidade de falar com uma lésbica, não longe da casa dos 50, que contactara a antiga morada da revista lésbica *Lilás*. A sua história é paradigmática: em adolescente teve uma paixão por outra adolescente; depois, sabendo o que dela era esperado, casou com um homem, sempre sentindo que “faltava alguma coisa”. Vêm à mente as palavras de Adrienne Rich em “The Roofwalker”: “uma vida que não escolhi / escolheu-me a mim” (Rich, 1995: 193), fazendo eco de “embarcada na vida sem meu consentimento [...]”, longo lamento de Mme de Sévigné a sua filha (Sévigné, 1923: 158).<sup>11</sup> Agora viúva, esta mulher queria descobrir o mundo do lesbianismo, que teria sido seu se não fossem as constricções da sociedade homogeneizante em que vivia. Não encontrou mais nada na internet, a não ser a *Lilás*. Ao serem-lhe facultados alguns números da publicação, ficou maravilhada com o mundo povoado de tantas mulheres como ela, mundo esse que desconhecia.

<sup>11</sup> Trata-se de uma carta (mercredi 16 mars 1672), marcada por vincada angústia, que foi, não surpreendentemente, expurgada ou sanitizada durante os séculos que se seguiram à morte da Marquesa, mulher que toma o seu lugar de direito na longa genealogia que nos traz até Adrienne Rich, entre outras escritoras. Surpreendente, infelizmente não é, que seja tão parca a presença portuguesa no cartografar dessa genealogia.

Dizem-me que em Portugal se traduz pouco, o que explicaria a ausência de traduções de literatura lésbica para português. No entanto, quem viaja de comboio suburbano imediatamente verifica que Danielle Steele, a romancista cor-de-rosa anglo-saxónica, está abundantemente traduzida e é avidamente lida. Traduzidos também estão numerosos livros de dubio valor: é uma constatação fácil para quem entre em qualquer loja dos CTT e deite um olhar às prateleiras de livros. Assim, a ausência de tradução de romances e outros livros lésbicos, tão copiosamente traduzidos para espanhol – aqui mesmo ao lado –, não pode ter a ver com mérito literário. Deverá antes resultar da autocensura, quiçá da pura ignorância dos livreiros. Igualmente, em matéria de cinema, apesar de se exibirem as mais conflagradas ofertas hollywoodescas, parece haver esta autocensura: são raríssimos os filmes lésbicos que chegam até Lisboa. Possivelmente, quer livreiros, quer distribuidoras cinematográficas partilham dos sentimentos dos juizes acima referidos, em desgraçada confraria que sonha à população lésbica aquilo a que tem pleno direito: a sua cultura, a sua história, as suas preocupações particularistas. Por tudo isto, a lésbica portuguesa tem de ser exímia tradutora, colocando-se no lugar de Bogart em Casablanca, e isto constantemente. Até a margarina começou, já neste século, a fazer a propaganda do heterossexismo: as embalagens da Flora, que dantes eram ornamentadas com uma vaquinha ou uma florzita, agora ostentam um atraente casal heterossexual jovem em pose, não de “função”, mas de descanso que só pode ser pós-coital. Por sua vez, a margarina Planta dá-nos a imagem de uma mulher segurando um bebé, num *aggiornamento* gorduroso da cristã Madonna com a Criança. Escusado será dizer que estas imagens são tão enganadoras quanto os avisos segundo os quais os estabelecimentos públicos e os transportes públicos são para “não-fumadores”. Nem toda a gente em Portugal está no auge e na plenitude da sua beleza, e os fumadores não têm de andar a pé, nem comer debaixo da ponte.

A lesbofobia do silenciamento e a supremacia masculinista ressurgem no artigo de Fernando Cascais, “Diferentes como só nós. O associativismo GLBT português em três andamentos” (Cascais, 2006: 109-126), com a sua grave distorção dos factos, levada a cabo principal, mas não exclusivamente, por uma radical excisão cirúrgica da intensa actividade lésbica em Portugal a partir de 1990, período sobre o qual também incide o seu estudo. Uma vez que, no seu país de origem, a Rainha Vitória até já foi reformulada como lésbica por Banksy,<sup>12</sup> artista de renome da *Street Art*, o seu antigo espírito veio

<sup>12</sup> Na pintura de Banksy, a Rainha Vitória aparece envergando apenas meias de vidro e uma cinta de ligas, sentada ao colo de outra mulher. A peça encontra-se em colecção privada.

assim instalar-se onde é bem-vindo, nesta sociedade periférica, cujos média, maioritariamente, há muito fazem gaúdio em ser “politicamente incorretos” e em resistir aos movimentos sociais que, nos países centrais, trouxeram direitos humanos também ao “L” da fórmula “GLBT”, que tantos tão extensa quanto imprecisamente usam.

Perante tudo isto, que podem as pós-babélicas filhas das cidades da planície fazer? Está mais que visto que “todos diferentes, todos iguais” é o logro que semanticamente é: a força homogeneizadora do estado de coisas impele todas e todos a serem a mesmice que são os outros. Quem procura a diversidade, os seus círculos, tem de ser dotada de dinheiro para ir às principais cidades do resto da Velha Europa, prática típica das lésbicas portuguesas privilegiadas. Há quem vá a Londres todos os fins-de-semana.

Mas como isso não basta, atenta-se na história passada e presente das mulheres que fizeram, e fazem, arte. A genealogia leva-nos, por exemplo, a Claude Cahun, judia francesa lésbica desaparecida no ano em que nasceu Cindy Sherman, que lhe retoma o desafio no campo fotográfico. Cahun, desta vez como escritora genial de *Héroïnes*,<sup>13</sup> é retomada por Carol Ann Duffy em *The World's Wife* (Duffy, 1999).<sup>14</sup> Nascida um ano depois da morte de Cahun, esta poeta britânica, em *Rapture* (Duffy, 2005), derrota por completo a “função” de que já falei. Cahun é ainda seguida por Sarah Lucas – cujo *The Kiss* (O Beijo)<sup>15</sup> estiliza definitivamente Rodin –, por Louise Bourgeois e por tantas outras. É claro que para uma pessoa se ocupar de tais assuntos precisa de falar outra língua que não o português.

### **Post datum**

Acaba de ver a luz do dia o decreto permitindo [sic] “o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo” (nº 9/XI, artigo 1º). São alterados os artigos 1577º, 1591º e 1690º do Código Civil. Parte da actual definição do casamento inclui a intenção dos nubentes de “constituir família” (artigo 2º). Mas o que será constituir família se o artigo 3º “não implica a admissibilidade legal da adopção” por parte de lésbicas e *gays*? Teme-se o contágio? Imagina-se que lésbicas e *gays*, por intrínseca e inerradicável natureza, sujeitem as crianças a atrocidades sexuais? Neste caso, para quando uma lei impondo rigoroso escrutínio das instituições de ensino, das sacristias, dos confessionários e

<sup>13</sup> Estas brilhantes sátiras foram publicadas pela primeira vez na íntegra em tradução inglesa de Norman MacAfee em Shelley Rice (1999: 43/94).

<sup>14</sup> Carol Ann Duffy foi elevada ao cargo de *Poet Laureate* em 2009.

<sup>15</sup> Em *In-A-Gadda-Da-Vida*, exposição da Tate Britain em 2004.

de outras organizações da Igreja Romana, igreja que muitos cabeçalhos de pedofilia, qual deles o mais terrível e angustiante, tem causado nestes últimos anos? Em conclusão: enquanto por aí passeiam, tranquilos, pedófilos de sotaina, a lei continua a estigmatizar a relação afectivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo.

### Referências bibliográficas

- Abranches, Graça (2010), “Revisitando emancipadas e invertidas – A propósito de Homossexuais no Estado Novo de São José Almeida”, *LES Online*, 2(1), 50-61; <http://www.lespt.org/lesonline/index.php?journal=lo>.
- Ackelsberg, Martha A. (2005), *Free Women of Spain: Anarchism and the Struggle for the Emancipation of Women*. Edinburgh: AK Press UK.
- Almeida, São José (2010), *Homossexuais no Estado Novo*. Prefácio de Teresa Pizarro Beleza. Porto: Sextante Editora.
- Biko, Steve (1987), “White Racism and Black Consciousness”, in *I Write What I Like*. Ed. rev. London: Heinemann.
- Cascais, Fernando (2006), “Diferentes como só nós. O associativismo GLBT português em três andamentos”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 109-126.
- Dee Pryde (s.d.), “Lesbians in Twentieth Century Portugal: Notes towards History”, <http://www.scribd.com/doc/31944600/Lesbians-in-Twentieth-Century-Portugal-Notes-Towards-History>.
- Duffy, Carol Ann (1999), *The World's Wife: Poems*. London: Picador.
- Duffy, Carol Ann (2005), *Rapture*. London: Picador.
- Eco, Umberto (2001), “Ur-Fascism”, in *Five Moral Pieces*. Trad. Alastair McEwen. London: Harcourt.
- Grau, Günther (org.) (1995), *Hidden Holocaust?: Gay and Lesbian Persecution in Germany 1933-45*. Trad. Patrick Camiller. London: Cassell.
- Hoare, Philip (1998), *Oscar Wilde's Last Stand*. New York: Arcade.
- Jacobs, Fay (2004), *As I Lay Frying: A Rehoboth Beach Memoir*. Rehoboth Beach, DE: A & M Books.
- Jacobs, Fay (2007), *Fried and True: Tales from Rehoboth Beach*. Rehoboth Beach, DE: A & M Books.
- Jacobs, Janet Liebman (2002), *Hidden Heritage: The Legacy of the Crypto-Jews*. London: University of California Press.
- Klobucka, Anna M. (2009), “Summoning Portugal's Apparitional Lesbians: A To-Do Memo”, comunicação apresentada no congresso da ABIL [Association of British and Irish Lusitanists], Maynooth, Setembro de 2009.
- Merrill, Lisa (2000), *When Romeo Was a Woman: Charlotte Cushman and Her Circle of Female Spectators*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

- Rice, Shelley (org.) (1999), *Inverted Odysseys: Claude Cabun, Maya Deren, Cindy Sherman*. London: MIT Press.
- Rich, Adrienne (1995), *Collected Early Poems 1950-1970*. London: W.W. Norton.
- Rupp, Leila J. (2009), *Sapphistries: A Global History of Love Between Women*. New York: New University Press.
- Seigné, Madame de (1923), *Lettres Choiesies de Mme de Sévigné*. Paris: Garnier Frères.
- Strobl, Ingrid (2002), *Partisanas: la mujer en la resistencia armada contra el fascismo y la ocupación alemana – 1936-1945*. Trad. Patric de San Pedro e Assumpta Terés Illa. Barcelona: Virus Editorial.
- Teixeira, Judith (1996), *Poemas*. Lisboa: & Etc.